



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

43º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2018 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) São legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade:
- a) O Presidente da República, os Governadores dos Estados do Distrito Federal e os Prefeitos.
 - b) O Presidente do Senado Federal, o Procurador-Geral da República e o Presidente da República.
 - c) Partido político com representação no Congresso Nacional, a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
 - d) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Procurador-Geral da República e o Presidente da Câmara dos Deputados.
 - e) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, os Prefeitos e a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- 2) No que tange às funções essenciais à justiça, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a divisibilidade e a independência funcional.
 - b) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal são organizados em carreira na qual o ingresso depende de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, e exercem a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
 - c) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
 - d) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
 - e) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- 3) Julgue as assertivas abaixo e, ao final, assinale a opção **CORRETA**:
- I - De acordo com o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, todo dano ao erário é considerado imprescritível.
- II - É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

III - São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

IV - As funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, ao passo que os cargos em comissão devem ser preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.

- a) Estão corretas as afirmativas I, II e IV.
- b) Estão corretas as afirmativas III e IV.
- c) Está correta apenas a afirmativa II.
- d) Estão corretas as afirmativas II e IV.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

4) Assinale a alternativa **CORRETA** no que se refere às competências atribuídas pela Constituição Federal ao Presidente da República.

- a) É vedada em qualquer hipótese a edição dos chamados regulamentos autônomos.
- b) O Presidente da República deve prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;
- c) A competência para decretar e executar a intervenção federal pode ser delegada pelo Presidente da República ao Ministro da Defesa, desde que o cargo seja ocupado por Oficial das Forças Armadas.
- d) A nomeação de magistrados não se insere no rol de competências do Presidente da República, uma vez que esta atribuição cabe ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- e) A concessão de indulto pode ser delegada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.

5) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- a) de um quinto dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- b) do Vice-Presidente da República;
- c) da Mesa do Senado Federal;
- d) do Presidente da Câmara dos Deputados;
- e) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

6) Compete à União instituir impostos sobre:

- a) transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;
- b) propriedade territorial rural;
- c) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

- d) propriedade de veículos automotores;
- e) transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

7) Em relação ao orçamento público, é expressamente vedado pela Constituição:

- a) iniciar programas ou projetos não incluídos na lei de diretrizes orçamentárias;
- b) realizar despesas ou assumir obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
- c) em qualquer hipótese, realizar operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital.
- d) abrir crédito suplementar ou especial;
- e) instituir fundos de qualquer natureza.

8) Não são privativos de brasileiro nato os cargos:

- a) de Presidente e Vice-Presidente da República;
- b) de Presidente da Câmara dos Deputados;
- c) de Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- d) da carreira diplomática;
- e) de oficial das Forças Armadas.

9) Assinale a opção INCORRETA.

- a) É dever do Estado (Poder Público) garantir educação básica e obrigatória dos quatro aos dezessete anos de idade;
- b) O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente;
- c) O ensino é livre à iniciativa privada, sendo vedado o estabelecimento de qualquer condição;
- d) O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
- e) Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

10) No que se refere à ação popular, é CORRETO afirmar que:

- a) Qualquer brasileiro é parte legítima para propor visando anular ato lesivo ao patrimônio público ou privado, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico cultural;
- b) Qualquer brasileiro é parte legítima para propor visando anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico cultural, ficando o autor, salvo comprovada má fé, isento de custas judiciais e dos ônus da sucumbência;
- c) Qualquer cidadão é parte legítima para propor visando anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio

ambiente e ao patrimônio histórico cultural, ficando o autor isento de custas judiciais e dos ônus da sucumbência

d) Qualquer cidadão é parte legítima para propor visando anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico cultural, ficando o autor, salvo comprovada má fé, isento de custas judiciais e dos ônus da sucumbência;

e) Qualquer cidadão é parte legítima para propor visando indenização pessoal por ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico cultural.

11) Assinale a opção CORRETA:

a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador ou por determinação judicial;

b) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião, anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

c) A lei regulará a individualização da pena, e poderá adotar, dentre outras, as de perda de bens e de trabalhos forçados;

d) É livre a expressão de atividade artística, salvo nos casos em que qualquer autoridade religiosa reputar ofensiva, hipótese em que o conselho tutelar deliberará a respeito de eventual restrição;

e) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, em qualquer caso.

12) Quanto ao sistema de controle interno, é CORRETO afirmar que:

a) Só o Poder Executivo deve instituí-lo, uma vez que responsável pelos gastos públicos;

b) Cabe exclusivamente ao Legislativo possuir controle interno para avaliar a execução de programas de governo a cargo do executivo;

c) Cada um dos Poderes deverá instituir e manter controle interno, com o objetivo de avaliar resultados das respectivas gestões orçamentárias;

d) Não é finalidade do controle interno verificar aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

e) Somente associações ou sindicatos, assim definidos em lei, são partes legítimas para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

13) Os Estados, segundo a Constituição Federal, podem:

a) Incorporar-se entre si ou subdividir-se;

b) Desmembrar-se para se anexarem a outros já existentes;

c) Formar novos Estados, mediante a aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por Lei Complementar;

- d) Formar Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por Lei Complementar;
- e) Todas as alternativas acima.

14) Sabendo-se que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, as instituições privadas:

- a) Poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- b) Poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, mediante concessão de serviço público, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- c) Poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, mediante consórcio, tendo preferência a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- d) De empresas ou capitais estrangeiros poderão participar, direta ou indiretamente na assistência à saúde no País;
- e) De empresas ou capitais estrangeiros poderão participar somente nas áreas de pesquisa e tratamento.

15) Acerca da ordem econômica constitucional, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado;
- b) As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado;
- c) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, preferencialmente através de licitação, a prestação de serviços públicos
- d) A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular;
- e) Ressalvados os casos previstos em lei, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.

DIREITO CIVIL

16) Alonso, morador do bairro de Campo Grande, vai fazer prova admissional ao cargo de Procurador do Estado do Rio de Janeiro no Centro da Cidade. Todavia, durante o trajeto para a prova, um dos pneus de seu carro fura. Ao tentar trocar o

pneu, dá-se conta de que o sobressalente também está furado. Para não perder a prova, aceita a proposta de aquisição de um pneu usado por R\$ 5 mil da borracharia Nem Fiado Nem à Vista.

Considerando a situação descrita e as disposições do Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A borracharia poderá evitar a decretação de anulação do negócio, se seus prepostos concordarem com a redução do preço.
- b) É de dois anos o prazo de decadência para se pleitear a anulação do contrato narrado.
- c) O prazo decadencial para a anulação começa a fluir da data em que Alonso adquiriu o pneu.
- d) O negócio é anulável, ainda que a urgência decorrente da proximidade da prova fosse fato ignorado pelos prepostos da borracharia.
- e) A desproporção das prestações se aprecia segundo os valores vigentes ao tempo em que foi celebrado o negócio.

17) Acerca da invalidade do negócio jurídico, assinale a opção CORRETA:

- a) O negócio jurídico nulo pode ser confirmado e ratificado, mas não convalesce pelo decurso do tempo.
- b) É nulo o negócio jurídico simulado e apenas anulável o negócio dissimulado, se válido for na substância e na forma.
- c) A anulabilidade não gera efeito antes de julgada por sentença, tampouco se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.
- d) Fraude contra credores é causa de nulidade absoluta do negócio jurídico.
- e) A invalidade da obrigação acessória implica a da obrigação principal, por conta do princípio da gravitação jurídica.

18) Anderson ajuíza ação indenizatória contra o estado do Rio de Janeiro, alegando que uma viatura da Polícia Militar colidiu com o seu veículo. Qual alternativa abaixo não exclui a responsabilidade civil do estado?

- a) Ausência de culpa.
- b) Fato exclusivo da vítima.
- c) Caso fortuito.
- d) Fato de terceiro.
- e) Força maior.

19) Dr. João, renomado cirurgião plástico, compromete-se a reduzir o tamanho do nariz avantajado de Tício. Já o Dr. Armando, também conhecido cirurgião plástico, pactua fazer cirurgia estético-reparadora em Mévio que sofrera uma queimadura grave.

Considerando as situações narradas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A obrigação do cirurgião plástico é necessariamente de resultado, porque sua atuação possui fins estéticos.
- b) Se os médicos Armando e João deixarem de realizar as cirurgias nos dias e horários combinados com seus pacientes, em ambos os casos haverá inadimplemento absoluto.
- c) Se o Dr. Armando causar dano moral por violação a deveres de cuidado e de zelo profissional, estar-se-á diante de responsabilidade civil extracontratual.
- d) Se Mévio deixar de pagar pelos serviços prestados pelo Dr. Armando na data de vencimento fixada no instrumento contratual, os juros moratórios fluirão a partir da citação judicial ou da notificação extrajudicial.
- e) Se Tício deu ao Dr. João R\$ 3 mil a título de sinal, mas o próprio médico decide, por conta de sua lotada agenda, não realizar a cirurgia, Tício poderá exigir a restituição do valor entregue mais o equivalente, com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, juros e honorários de advogado.

20) Considerando as disposições do Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis.
- b) O credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- c) Dá-se a novação quando novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor.
- d) Não podem ser objeto de novação obrigações anuláveis ou extintas.
- e) A sub-rogação é convencional quando o credor recebe o pagamento de terceiro e expressamente lhe transfere todos os seus direitos.

21) Assinale a alternativa CORRETA, à luz do ordenamento jurídico brasileiro:

- a) Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva, tendo em conta o princípio da autonomia privada.
- b) Como regra geral, o silêncio importa em aceitação da proposta contratual.
- c) Considera-se inexistente a aceitação, se antes dela ou com ela chegar ao proponente a retratação do aceitante.
- d) Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos, como regra geral, desde que a aceitação é recebida pelo oblato.
- e) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi aceito.

22) A respeito da disciplina jurídica do contrato, marque a alternativa INCORRETA:

- a) O contrato preliminar, inclusive quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.
- b) O distrato faz-se pela mesma forma exigida para o contrato.
- c) A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito; a tácita depende de interpelação judicial.

d) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato.

e) Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

23) A vedação de *tu quoque* é manifestação de qual princípio?

a) Função social do contrato.

b) Boa-fé objetiva.

c) Boa-fé subjetiva.

d) Equilíbrio contratual.

e) Relatividade contratual.

24) Em relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A maioria dos autores contemporâneos identifica na dignidade humana uma dimensão social que autolimita a persecução de interesses existenciais que possam atentar contra a dignidade humana, vista na perspectiva da relação entre o ser humano e o seu meio social.

b) Sob o aspecto objetivo, tem-se a personalidade como um conjunto de características e atributos da pessoa humana, considerada como objeto de proteção por parte do ordenamento jurídico.

c) Há autores que reconhecem uma conexão intrínseca entre os direitos da personalidade e o princípio da dignidade da pessoa humana.

d) É pacífico na doutrina o entendimento de que as pessoas jurídicas são titulares de todos os direitos da personalidade.

e) A irrenunciabilidade dos direitos da personalidade constitui matéria que suscita polêmica.

25) No que concerne às associações, assinale a alternativa CORRETA:

a) Os associados devem ter iguais direitos e, assim, é vedado que se instituem, no estatuto, categorias com vantagens especiais.

b) Como regra, a qualidade de associado é transmissível livremente.

c) Constitui hipótese de nulidade do estatuto das associações a ausência dos requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados.

d) As associações podem desenvolver atividade econômica com finalidade lucrativa.

e) Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquela importará, em regra, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro.

26) O núcleo do conceito jurídico de empresa está relacionado a:

a) Atividade.

b) Conjunto de bens.

- c) Lugar.
- d) Pessoa.
- e) Aviamento.

27) Em relação ao domicílio, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se a pessoa tiver diversas residências, onde viva alternadamente, considerar-se-á seu domicílio a mais antiga.
- b) Nos contratos escritos não é possível eleger domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
- c) O domicílio da sociedade limitada deve ser necessariamente o lugar onde seu sócio majoritário reside.
- d) Se a pessoa exercer profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.
- e) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde ela nasceu.

28) Em relação à classificação dos bens quanto a consuntibilidade, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Bens inconsumíveis podem estar sujeitos a uma degradação gradativa pelo uso. Isso, no entanto, não os torna consumíveis.
- b) A consuntibilidade pode ser natural ou jurídica.
- c) A vontade das partes não pode tornar inconsumível um bem consumível.
- d) Os livros destinados à venda que se encontram em uma livraria são considerados bens consumíveis.
- e) Os conceitos de consuntibilidade e fungibilidade não se confundem.

29) Assinale a alternativa CORRETA no que se refere aos negócios jurídicos:

- a) Os negócios jurídicos entre vivos, sem prazo, são exequíveis, mas dependem de constituição em mora da parte, mediante interpelação judicial ou extrajudicial.
- b) Mesmo quando ainda não estão separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.
- c) A impossibilidade inicial do objeto sempre invalida o negócio jurídico.
- d) O Código Civil de 2002 não contemplou o instituto da reserva mental, por entender-se que ela é irrelevante para a validade e para a existência dos negócios jurídicos.
- e) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.

30) Quanto à prescrição assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O órgão judicante pode reconhecer de ofício a prescrição.
- b) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- c) A interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma vez.

d) Não corre a prescrição contra os ausentes do país em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.

e) A interrupção da prescrição operada contra um dos herdeiros do devedor solidário não prejudica os outros herdeiros ou devedores, ainda que se trate de obrigações e direitos indivisíveis.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) Acerca das normas de direito intertemporal aplicáveis ao Direito Processual Civil, assinale a opção INCORRETA:

- a) O CPC/2015 entrou em vigor após decorrido 1 (um) ano da data de sua publicação oficial.
- b) As disposições do CPC/2015 se aplicam desde logo aos processos pendentes, quando da entrada em vigor do Código.
- c) As disposições de direito probatório adotadas no CPC/2015 são aplicáveis apenas às provas requeridas ou determinadas de ofício a partir da data de início da vigência do Código.
- d) As remissões a disposições do Código de Processo Civil revogado, existentes em outras leis, passam a referir-se às que lhes são correspondentes no CPC/2015.
- e) As disposições especiais dos procedimentos regulados em outras leis foram revogadas pelo CPC/2015, ainda que não haja qualquer previsão neste Código daqueles procedimentos.

32) Quanto aos meios alternativos de solução de conflitos, assinale a opção INCORRETA:

- a) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
- b) A mediação e a conciliação serão regidas por regras procedimentais previamente estabelecidas pelo Tribunal de Justiça, não se aplicando, neste ponto, a livre autonomia dos interessados.
- c) Em razão do dever de sigilo, inerente às suas funções, o conciliador e o mediador não poderão divulgar ou depor acerca de fatos ou elementos oriundos da conciliação ou da mediação.

- d) O conciliador poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedado constranger ou intimidar as partes para que elas conciliem.
 - e) As partes podem escolher, de comum acordo, o conciliador, o mediador ou a câmara privada de conciliação e de mediação.
- 33) Qual das opções abaixo **NÃO** constitui uma hipótese de impedimento do juiz:
- a) Quando o juiz for sócio de pessoa jurídica parte no processo.
 - b) Quando o juiz for empregador de quaisquer das partes no processo.
 - c) Quando figurar como parte instituição de ensino com a qual o juiz tenha relação de emprego.
 - d) Quando o juiz for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
 - e) Quando o juiz promover ação contra a parte ou o seu advogado.
- 34) Assinale a opção **CORRETA** sobre as normas que regem a coisa julgada:
- a) Não faz coisa julgada a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.
 - b) Há coisa julgada, quando se repete ação que já foi decidida por sentença, ainda que contra esta caiba recurso.
 - c) Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes e o mesmo pedido, ainda que a causa de pedir seja diversa.
 - d) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, mas também pode beneficiar ou prejudicar terceiros.
 - e) O juiz resolve o mérito da ação quando reconhece a coisa julgada.
- 35) Assinale a opção que **NÃO** constitui requisito para a cumulação válida de ações em um mesmo processo:
- a) Compatibilidade entre os pedidos, salvo nos casos de cumulação subsidiária ou alternativa.
 - b) Os pedidos podem ser formulados contra o mesmo réu ou contra réus diferentes.
 - c) Competência do juízo para conhecer todos os pedidos.
 - d) O mesmo procedimento seja adequado para todos os pedidos.
 - e) Os pedidos sejam conexos.

36) Sobre os pressupostos processuais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A ausência de certos pressupostos processuais não implica a inadmissibilidade do processo, como é o caso da parcialidade do juiz, cujo impedimento ou suspeição leva à remessa dos autos ao juiz substituto.
- b) Há casos em que a falta de um pressuposto processual não pode ser conhecida de ofício, como ocorre com a incompetência relativa do juízo.
- c) De acordo com o sistema de invalidades do CPC, deve-se sempre buscar corrigir o defeito processual, mesmo que ele recaia sobre um dos pressupostos processuais.
- d) A falta de pressuposto processual impede a decisão de mérito, ainda que a causa possa ser julgada em favor daquele que se beneficiaria com o juízo de inadmissibilidade.
- e) A falta de citação, apesar de representar a carência de pressuposto para o desenvolvimento válido do processo, não pode ser conhecida a qualquer tempo ou em qualquer grau de jurisdição, pois, se o réu contestar e não a alegar, ocorre preclusão.

37) No tema da competência, o CPC adota a chamada *translatio iudicii*, segundo a qual se preservam a litispendência e os seus efeitos a despeito do reconhecimento da incompetência. Todas as opções a seguir retratam esse sistema, EXCETO:

- a) A incompetência absoluta ou relativa, como regra, não leva à extinção do processo, mas à remessa dos autos ao juízo competente.
- b) A incompetência absoluta ou relativa não invalida automaticamente os atos decisórios praticados no processo.
- c) Quando houver conflito positivo de competência, o relator poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, determinar o sobrestamento do processo.
- d) A citação válida, ainda que ordenada por juízo incompetente, induz litispendência para o réu, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- e) O despacho citatório, ainda que exarado por juízo incompetente, interrompe a prescrição.

38) Sobre a sistemática dos precedentes no Direito brasileiro, assinale a opção INCORRETA:

- a) Nem todas as decisões judiciais formam precedentes vinculantes.

- b) Quando uma decisão judicial transitar em julgado após pronunciamento do Supremo Tribunal Federal (STF) em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso em sentido contrário, caberá ação rescisória.
- c) Os enunciados das súmulas do STF em matéria constitucional devem ser observados por todos os juízes e tribunais, mesmo que a sua aprovação não tenha seguido os requisitos para edição de súmula vinculante previstos na Constituição.
- d) As decisões do plenário e órgão especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em matéria de direito infraconstitucional federal vinculam não só a própria Corte, mas também Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e juízes a eles vinculados.
- e) Os juízes e tribunais deverão observar os acórdãos proferidos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas.

39) Sobre os princípios e regras gerais aplicáveis aos recursos no Processo Civil brasileiro, marque a opção INCORRETA:

- a) A regra da singularidade veda a interposição de um único recurso para impugnar mais de uma decisão.
- b) De acordo com o princípio da fungibilidade, permite-se a conversão de um recurso em outro, desde que não tenha havido erro grosseiro da parte nem esteja precluso o prazo para a interposição.
- c) No Direito brasileiro, vige a regra da taxatividade, isto é, todos os recursos estão previstos em lei.
- d) De acordo com a regra da dialeticidade, o recurso deve não só manifestar o inconformismo da parte recorrente com a decisão judicial impugnada, mas também expor as razões de fato e de direito que justificam o novo julgamento da questão nele abordada.
- e) Segundo o princípio da proibição da *reformatio in pejus* ou vedação ao benefício comum, o órgão *ad quem* não pode, no julgamento do recurso, proferir decisão mais desfavorável ao recorrente, sob o ponto de vista prático, do que aquela contra a qual ele se insurgiu.

40) Acerca das invalidades processuais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta somente pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

- b) Aproveitam-se os atos processuais praticados desde que não resulte prejuízo à defesa do réu.
- c) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, ressalvados os casos em que for suscetível de ser decretada de ofício ou for comprovado legítimo impedimento.
- d) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará meramente anulável o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
- e) No sistema das invalidades processuais, não incide a vedação ao comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*), por ser aplicável exclusivamente ao direito material.

LÍNGUA PORTUGUESA

Estamos na 'modernidade líquida'!

Alberto Consolaro _ professor titular da USP

Nesta era de "modernidade líquida", o futuro não existe. Normal é ser instável e imprevisível. O que sabemos, hoje, amanhã não mais servirá. O conhecimento e os mecanismos evoluem rapidamente. As gráficas nem conseguem imprimir nem nos remeter fisicamente a informação. Tudo é virtual. Exemplo: editoras e jornais repetem prejuízos em todos os países!

Nada está sob controle de nada e ninguém. A realidade deixou de ser sólida e passível de pressões. A realidade agora é fluidica, como retratou o aclamado sociólogo Zygmunt Bauman ao criar o conceito de "modernidade líquida". Se não compreendermos isso, a sensação de frustração tomará conta de nosso coração." O meu passado planejado virou história, planos só para amanhã e amanhã cedo! À tarde, não garanto nada."

Na "modernidade líquida", o coletivo predomina sobre o individual, sem ideologias e sistemas! Quase de forma caótica e aleatória, o coletivo sobrepõe-se e quase nada fazemos por completo sozinhos. Tudo tem partes de cada um a se encaixar e sobrepor. Ninguém acaba sendo dono de nada, tudo é de todos! De preferência gratuito ou barato, acessível sempre!

Hoje, reparamos que ninguém quer liderar, ser dono, ocupar a vanguarda, puxar a fila ou se identificar como responsável. Aos olhos dos antigos, sem liderança, para onde vamos? Que importa, o "vamos" é futuro? Na modernidade líquida, o futuro não importa!

Na "modernidade líquida", não nos preocupamos em ter ou obter informações, dados e razões! Tudo está disponível em qualquer lugar, a um toque de tela, sem tensões. São textos e imagens maravilhosos, durante o tempo todo acessíveis, por isso não precisamos preocupar-nos em guardar e memorizar. Antigamente dizíamos: "Poderei precisar depois e não ter. Calma, você terá, estará sempre a seu dispor!"

As pessoas tinham bibliotecas em suas salas e casas. Médicos e advogados tinham aquelas enormes coleções de livros que impressionavam o visitante. Hoje este tipo de coisa cheira a mofo, à antiguidade, a ácaros: é ultrapassado! Para que isso? Ninguém mais folheia livros e revistas em estantes. Todos digitam o assunto desejado e tudo aparece na tela. É só clicar e o que queremos, aparece na hora!

Navegamos em marés de informação. Professores, educadores ou pais não conseguem mais delimitar, cercar, selecionar e conduzir alunos e filhos nesse mar de conhecimento sem limites. Professores e pais não são mais os guardiões ou guias do saber em templos que existiam e sucumbiram. Bibliotecas não são mais centros do conhecimento. Ele está na rua, casa, shoppings e smartphone. O conhecimento humano está diluído entre todos de forma líquida. Você o tem, quando achá-lo conveniente ou oportuno!

Útil e inútil se misturam. Mudanças estão ao sabor da aceitação ou rejeição. Mudanças são frequentes: a inconstância e instabilidade representam o normal. O conhecimento novo chega primeiro aos sites e blogs do que às universidades, bibliotecas e salas de aula. Alunos e filhos acessam o conhecimento novo mais cedo que o educador.

A modernidade líquida subverteu a figura do professor ou pai presente. A autoridade do professor está associada mais às suas características e virtudes pessoais do que à capacidade de ter e mostrar conhecimento no ensino! O professor cada vez mais será valorizado pela pessoa e não pelo profissional que representa: o coletivo predomina sobre o individual, limites entre pessoal e profissional se perderam.

A volatilidade extrapola as relações pessoais que viram experiências sucessivas. Casamentos, amizades e família transformaram-se. Na modernidade líquida, ficam voláteis! No trabalho, a estabilidade e empregos longos não fazem parte das novas gerações. Objetos de desejo e sonhos não passam pelo local e tipo de emprego, o que vale é vida pessoal, felicidade, agora.

Perguntado sobre como adequar a educação a esta realidade, Bauman sugeriu a Paideia: "um sistema de ensino e formação ética da cultura grega que inclui temas como ginástica, gramática, retórica, música, matemática, geografia, história natural e filosofia para se formar um cidadão completo capaz de liderar e ser liderado ao desempenhar um papel positivo na sociedade".

Vivamos hoje, o amanhã não nos pertence, literalmente!

<https://www.icnet.com.br/Ciencias/2016/11/estamos-na-modernidade-liquida.html/> (adaptação)

41) A palavra que melhor define a intenção do título neste texto é:

- a) publicidade
- b) advertência
- c) conselho
- d) elogio
- e) repressão

42) O sociólogo e filósofo Bauman, citado no texto, criou o conceito de “modernidade líquida” como forma de explicar as relações sociais na sociedade moderna.

Segundo esse autor, deduz-se que no período anterior à modernidade, o comportamento da sociedade só **NÃO** se configurava:

- a) pela desintegração “sólida” e fortalecimento de valores impermanentes e transitórios.
- b) pela confiança no homem em sua capacidade de moldar o próprio futuro.
- c) por uma sociedade ordenada, coesa, estável e previsível.
- d) pela presença de instituições fortes, enraizadas e presentes.
- e) pela confiança “sólida” num futuro perfeitamente arquitetado pela razão.

43) “As gráficas nem conseguem imprimir nem nos remeter fisicamente a informação. Tudo é virtual. Exemplo: editoras e jornais repetem prejuízos em todos os países!”

De acordo com a totalidade semântica desse fragmento inserido no primeiro parágrafo, infere-se que:

- a) Não existe uma gestão editorial competente que consiga, na atualidade, distribuir e imprimir adequadamente a informação nas editoras e nos jornais.
- b) Os prejuízos das editoras e dos jornais devem-se à falta de investimentos em tecnologia.
- c) O processo de editoração não consegue acompanhar a velocidade e a rapidez com que as informações se criam e circulam na sociedade.
- d) Os profissionais de comunicação não estão ainda preparados para lidar com a complexidade das mudanças tecnológicas.
- e) O mundo virtual ainda não faz parte do cotidiano das editoras e dos jornais.

44) Analise os comentários entre parênteses sobre o uso das aspas nos seguintes trechos:

I- Nesta era de “modernidade líquida” (trata-se de uma citação de um discurso que não é do enunciador)

II- “O meu passado planejado virou história, planos só para amanhã e amanhã cedo! À tarde, não garanto nada.” (trata-se do discurso do enunciador)

III - Que importa, o “vamos” é futuro? (o enunciador dá ênfase ao que se diz)

IV- Bauman sugeriu a Paideia: “um sistema de ensino e formação ética da cultura grega que inclui temas como ginástica, gramática, retórica, música, matemática, geografia, história natural e filosofia para se formar um cidadão completo capaz de liderar e ser liderado ao desempenhar um papel positivo na sociedade” (citação de um discurso que não é do enunciador)

Podemos considerar que:

- a) Só a I está correta
- b) As opções I-II-III-IV estão corretas.
- c) Nenhuma opção está correta.
- d) As opções II e III estão corretas.
- e) As opções I e IV estão corretas.

45) “Nada está sob controle de nada e ninguém. A realidade deixou de ser sólida e passível de pressões. A realidade agora é fluídica, como retratou o aclamado sociólogo Zygmunt Bauman ao criar o conceito de modernidade líquida. Se não

compreendermos isso, a sensação de frustração tomará conta do seu coração.” O termo sublinhado mantém uma relação discursiva, no texto, com:

- a) sensação de frustração
- b) tomará conta do seu coração
- c) Nada está sob controle de nada e ninguém
- d) Se não compreendermos
- e) Nada está sob controle(...)ao criar o conceito de modernidade

46) Nos fragmentos do texto, assinale a expressão que não substitui o termo sublinhado:

- a) As pessoas tinham biblioteca em suas salas e casas.(pessoas) -linha 24
- b) Hoje este tipo de coisa cheira a mofo, à antiguidade, a ácaros: é ultrapassado! (bibliotecas, enormes coleções de livros) - linhas 24 e25
- c) Bibliotecas não são mais centros do conhecimento. (Ele) - linha 31
- d) Você o tem. (conhecimento)-linha 34
- e) (...) quando achá-lo conveniente ou oportuno- linha34

47) De acordo com a norma culta, alguns vocábulos admitem o plural de duas formas distintas à exceção de:

- a) guardiões _ guardiães
- b) cirurgiões _ cirurgiães
- c) cidadãos _ cidadões
- d) corrimões _ corrimãos
- e) vilões _ vilãos

48) Segundo Bauman, existiriam padrões, códigos e regras sólidas antes da passagem do mundo pré-moderno para o moderno.

Substituindo-se a forma verbal destacada por outra ou por uma locução verbal, a concordância verbal estará correta, segundo a norma culta, caso se use:

- a) haveria
- b)haveriam
- c)deveria existir
- d)poderiam haver
- e)haveria de existir

49) “ Modernidade Líquida”, “navegamos em marés de informação”,“(…) nesse mar de conhecimento sem limite”, o autor utiliza a figura de linguagem:

- a) metáfora
- b) eufemismo
- c)metonímia
- d) personificação
- e) comparação

50) Assinale o item em que o marcador discursivo destacado nos fragmentos do texto não apresenta a classificação adequada, segundo a norma padrão da língua portuguesa:

- a) A “modernidade líquida” pressupõe instabilidade frustração, **se**, não compreendermos as características dessa realidade . (conectivo subordinativo com valor condicional)
- b) Ninguém mais folheia livros e revistas em estantes, **porque** todos digitam e o assunto desejado aparece na tela. (conectivo subordinativo com valor causal)
- c) **Embora** , na”Modernidade Líquida”, o coletivo predomine sobre o individual, tudo tem parte de cada um.(conectivo subordinativo com valor de concessivo)
- d) Os textos são maravilhosos, **por isso** não precisamos preocupar- nos em guardar e memorizar. (conectivo coordenativo com valor adversativo)
- e) **À medida que** tenhamos calma, a informação desejada estará ao nosso dispor. (conectivo subordinativo com valor proporcional)



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

EDITAL

43º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

O **CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS**, nos termos do art. 23 do Regulamento do 43º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL:

- 01)C
- 02)A
- 03)D
- 04)E
- 05)E
- 06)B
- 07)B
- 08)C
- 09)C
- 10)D
- 11)B
- 12)C
- 13)E
- 14)A
- 15)D

DIREITO CIVIL:

- 16)B
- 17)C
- 18)A
- 19)E
- 20)D
- 21)C
- 22)A
- 23)B
- 24)D
- 25)C
- 26)A
- 27)D
- 28)C
- 29)B



30)E

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

- 31)E
- 32)B
- 33)D
- 34)A
- 35)E
- 36)D
- 37)C
- 38)B
- 39)A
- 40)C

LINGUA PORTUGUESA:

- 41)B
- 42)A
- 43)C
- 44)B
- 45)E
- ~~46)E~~ anulada
- 47)C
- 48)A
- 49)A
- 50)D

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis subsequentes à publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 10:00 às 16:00 horas.

*Publicado no DOERJ de 13 de dezembro de 2018.